



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

TERMO

PROCESSO STJ N. ____/____

TERMO DE USO STJ N. ____/____

PARA UTILIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO ELETRÔNICA DE SISTEMAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DE ENTES PÚBLICOS POR MEIO DO MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE (MNI)

O presente termo rege a relação entre o Superior Tribunal de Justiça - STJ e os Entes Públicos, quanto ao uso da integração eletrônica de seus sistemas por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

1. RESPONSABILIDADES DO STJ

- a)** Disponibilizar acesso a dados no STJ via modelo MNI ao cumprimento dos objetivos deste Termo de Responsabilidade;
- b)** Disponibilizar para o Ente Público informações via site e outros meios que se fizerem necessários, orientações, apoio técnico e transferência de conhecimento destinado a efetivar a implantação e operacionalização dos sistemas integrados;
- c)** Promover o monitoramento, a manutenção e disponibilidade do Webservice do MNI do STJ;
- d)** Disponibilizar serviço de atendimento especializado, denominado SATII (Serviço de Atendimento aos Tribunais e Instituições Integradas) para o Ente Público com as seguintes finalidades:
 - I.** registro e encaminhamento de problemas técnicos relatados pelo Ente Público;
 - II.** identificação e cadastro dos usuários do Ente Público que demandam suporte técnico junto ao STJ;
 - III.** suporte técnico por telefone: (061) 3319-9993, e-mail:sac@stj.jus.br.

2. RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO

- a)** Dispor de condições técnicas necessárias para implantação do modelo MNI no âmbito de seus sistemas;

- b)** Promover a capacitação de usuários-chave e a replicação de conhecimentos aos demais usuários do órgão;
- c)** Manter a correspondência entre as versões publicadas e aquelas utilizadas internamente, comunicando a existência de falhas ou modificações efetivadas em seus sistemas que possam impactar na interoperabilidade entre eles;
- d)** Comunicar as instâncias pertinentes as ocorrências relativas a defeitos, atividades e tarefas relacionadas a sustentação e operacionalização do objeto desse Termo de Uso, de forma a garantir o rápido fluxo de informações entre os órgãos;
- e)** Atuar na adequação de seus sistemas de informação para viabilizar e manter a integração do sistema integrado via MNI;
- f)** Promover o monitoramento e a manutenção da infraestrutura na qual opera o sistema integrado via MNI;
- g)** Atuar em conjunto na manutenção e na solução de problemas relacionados ao sistema integrado via MNI;
- h)** Utilizar, para registro de incidentes e problemas técnicos, os canais disponibilizados pelo STJ;
- i)** Observar as regras negociais estabelecidas nos normativos que regulamentam o processo eletrônico no Superior tribunal de Justiça.

3. VIGÊNCIA

Este Termo de Uso terá prazo de vigência indeterminado.

4. RESCISÃO

O presente Termo de Uso poderá ser revogado a qualquer tempo, sem ônus para as partícipes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, de imediato, na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas e resiliado por mútuo acordo ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexecutável.

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI/STJ) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Ente Público, especialmente quanto ao prazo de respostas e cumprimento de obrigações assumidas, promovendo as providências notificatórias para o caso de violação reiterada e, justificadamente, reportar à administração o descumprimento do Termo para providências legais.

6. PROTEÇÃO DE DADOS

- a)** Os dados pessoais tornados públicos por este Termo deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a vigência do ajuste.
- b)** O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

I. a compatibilidade com a finalidade especificada;

II. o interesse público;

III. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

c) Os dados deverão ser eliminados, quando não autorizada sua conservação, nos termos do art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento nas hipóteses previstas no art. 15 da referida lei.

7. DADOS DO ENTE PÚBLICO

CNPJ:

Nome do Ente Público:

Nome do Representante:

E-mail institucional:

8. PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

O representante do Ente Público declara que leu, entendeu e concorda com as condições deste Termo de Uso.

NOME DO REPRESENTANTE

Cargo

Nome do Ente Público

NOME DO MINISTRO REPRESENTANTE

Presidente

Superior Tribunal de Justiça